

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO

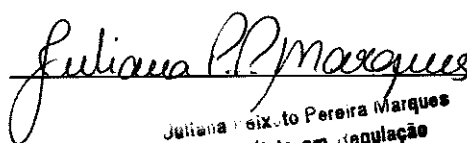
1. Interessado: RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR		
1.1 Unidade/Sigla: CORDENADORIA DE CARREIRA E DESENVOLVIMENTO – CCADE		
1.2 Órgão/Sigla: CCADE	1.3 Data: 03/08/2016	1.4 Solicitação 101 /16

2. Solicitamos abertura de processo com as seguintes informações

2.1 – EXECUTIVE MBA DE GESTAO DE NEGOCIOS
2.2-Interessado – RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR

3. Reservado ao protocolo:

3.1 Assunto:	
3.2 Natureza:	3.3 Código:



Juliana Teixeira Pereira Marques
Especialista em Regulação
CODPT/DIGES
Mat. SIAPE nº 1539770

EM BRANCO



**SENHORA GERENTE-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA DIRETORIA
DE GESTÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR**

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DIFIS

Protocolo nº 33902, 494434 12016-20

Data Registro 25/07/2016

Hora Registro 17:05

Assinatura: [Assinatura]

Memorando nº 211/2016/CCADE/GGDIN/DIRAD/DIGES/ANS

RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR, especialista em regulação de saúde suplementar, matrícula SIAPE nº 2570300, vem, inconformado com a decisão através do memorando em epígrafe, com fulcro no art. 14 da Lei nº 12.016/2009, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

a fim de ver reformada a r. decisão proferida pela gerência-geral de desenvolvimento institucional da diretoria de gestão, pelas anexas razões, requerendo a V. S^a. que se digne a recebê-la, processá-la e distribuí-la à Colenda Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Termos em que

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2016.

RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR

SIAPE N°2570300

RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR

RECORRIDO: GERÊNCIA-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA DIRETORIA DE GESTÃO

MEMORANDO Nº 211/2016/CCADE/GGDIN/DIRAD/DIGES/ANS

COLENDIA DIRETORIA COLEGIADA DA ANS,

EMÉRITOS DIRETORES

A r. decisão proferida gerência-geral de desenvolvimento institucional da diretoria de gestão merece integral reforma, visto que está eivada de vícios, tanto formais quanto materiais, que a invalidam.

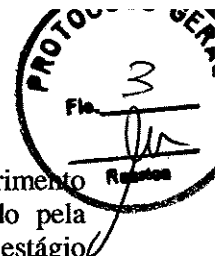
I – DA TEMPESTIVIDADE:

1. Inicialmente, cumpre ao recorrente demonstrar a tempestividade do presente recurso.
2. A decisão foi proferida no dia 19 de julho de 2016, tendo sido comunicada ao recorrente apenas no dia 20 de julho de 2016, iniciando-se, portanto, o prazo recursal em 21 de julho de 2016, o qual transcorrerá até o dia 31 de julho de 2016, que, por ser um domingo, prorrogar-se-á até o dia 01/08/2016, conforme previsão do art. 59 c/c art. 66 e seu §1º da Lei nº 9.784/99.
3. Logo, é tempestivo o presente recurso.

II – DO BREVE RESUMO DOS FATOS E DA DECISÃO RECORRIDA:

4. O recorrente apresentou solicitação de inscrição em curso de pós-graduação ao órgão competente no dia 30/05/2016, utilizando-se, para tanto, de formulário próprio, acompanhado de toda a documentação nele mesmo indicada.
5. Contudo, passados quase 2 meses desde a apresentação da solicitação – lapso este injustificável tendo em vista a objetividade da análise a ser proferida, no dia 19 de julho de 2016 foi proferida decisão indeferindo o pleito do recorrente, com o seguinte conteúdo, *ipsi literis*:

"Portanto, tendo em vista a orientação superveniente trazida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, a qual deve ser seguida por todos os órgãos da Administração Pública Federal, que entende não haver a possibilidade de concessão de autorização para participação em curso de pós-



graduação aos servidores em estágio probatório, entendemos pelo indeferimento da solicitação de participação em curso de pós-graduação financiado pela Agência, haja vista que o servidor interessado ainda se encontra em estágio probatório no cargo de especialista em regulação" (grifo nosso)

6. Contudo, conforme será demonstrado abaixo, a decisão colacionada está eivada de vícios, razão pela razão, *Data maxima venia*, merece integral reforma, pois proferida com flagrante *error in procedendo* e *error in judicando*.

III – DAS RAZÕES PARA A REFORMA:

III.1 – DO VÍCIO DE COMPETÊNCIA:

7. Conforme se depreende da leitura da alínea “a” do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 4.717/65, resta caracterizado o vício de competência quando “ato não se incluir nas atribuições legais do agente que o praticou”.

8. Ademais, a lei que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, nº 9.784/99, dispõe, em seu art. 11, que “a competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos”.

9. Desta feita, tem-se que a decisão de indeferir a solicitação de inscrição em curso de pós-graduação proferida através do memorando em epígrafe é nula, pois lavrada por autoridade incompetente para a prática de tal ato, uma vez que não se encontra no elenco de incisos constantes do art. 59 do Regimento Interno desta ANS (Resolução Normativa nº 197/2009) a competência para decidir sobre a aprovação ou não de inscrição em curso de pós-graduação financiado pela ANS.

10. Outrossim, mesmo que, porventura, tal decisão tenha sido tomada com base em eventual delegação de competência, está ainda assim eivada de vícios, uma vez que “as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado”, conforme expressa disposição contida no §3º do art. 14 da Lei nº 9.784/99.

III.2 – DA INDEQUAÇÃO DA FUNDAMENTAÇÃO UTILIZADA:

11. Não obstante a constatação da existência de flagrante ilegalidade na decisão proferida, tendo em vista o vício de competência comprovado na seção acima, passa-se agora, em consagração ao princípio da eventualidade, a atacar o mérito da decisão, haja vista que este também contém escancarada incorreção.

12. Inicialmente, vale trazer à baila a total e absoluta inadequação da motivação do ato administrativo decisório proferido.

13. Tal afirmação se assenta no fato de que, não obstante colacionar trecho de uma nota técnica editada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, alegando obrigatoriedade de observá-la por força da Lei nº 7.923/89, o memorando que consubstanciou a decisão se furtou de apresentar os devidos e imprescindíveis fatos e fundamentos jurídicos da decisão, conforme exige o art. 50 da Lei nº 9.784/99.

14. No que tange ao mérito, vale destacar a análise equivocada da autoridade que proferiu a decisão, a qual, ao alegar “não ser razoável conceder qualquer tipo de pós-graduação a servidores ainda em estágio probatório, pela simples possibilidade de ocorrer uma inabilitação daquele servidor, o que não garantiria a reversão dos conhecimentos obtidos naquela capacitação à Administração Pública”, não analisou precisamente as circunstâncias que envolvem o caso concreto, assim como demonstrou desconhecimento quanto aos institutos da estabilidade e do estágio probatório.

15. A fim de aclarar os conceitos de ambos os institutos, vale trazer à luz a jurisprudência do firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, que bem explicita o conceito de estágio probatório, *ex vi*:

MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. ESTABILIDADE. ART. 41 DA CF. EC Nº 19/98. PRAZO. ALTERAÇÃO. ESTÁGIO PROBATÓRIO. OBSERVÂNCIA.

I – Estágio probatório é o período compreendido entre a nomeação e a aquisição de estabilidade no serviço público, no qual são avaliadas a aptidão, a eficiência e a capacidade do servidor para o efetivo exercício do cargo respectivo.

II – Com efeito, o prazo do estágio probatório dos servidores públicos deve observar a alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 19/98 no art. 41 da Constituição Federal, no tocante ao aumento do lapso temporal para a aquisição da estabilidade no serviço público para 3 (três) anos, visto que, apesar de institutos jurídicos distintos, encontram-se pragmaticamente ligados.

III – Destaque para a redação do artigo 28 da Emenda Constitucional nº 19/98, que vem a confirmar o raciocínio de que a alteração do prazo para a aquisição da estabilidade repercutiu no prazo do estágio probatório, senão seria de todo desnecessária a menção aos atuais servidores em estágio probatório; bastaria, então, que se determinasse a aplicação do prazo de 3 (três) anos aos novos servidores, sem qualquer explicitação, caso não houvesse conexão entre os institutos da estabilidade e do estágio probatório.

PROCURADOR FEDERAL. PROMOÇÃO E PROGRESSÃO NA CARREIRA. PORTARIA PGF 468/2005. REQUISITO. CONCLUSÃO. ESTÁGIO PROBATÓRIO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INEXISTÊNCIA.

IV – Desatendido o requisito temporal de conclusão do estágio probatório, eis que não verificado o interstício de 3 (três) anos de efetivo exercício da impetrante no cargo de



Procurador Federal, inexistente direito líquido e certo de figurar nas listas de promoção e progressão funcional, regulamentadas pela Portaria PGF nº 468/2005. Ordem denegada.

(MS 12.523/DF, Rel. Ministro Felix Fischer, Terceira Seção, julgado em 22/04/2009, DJe 18/08/2009) (grifou-se)

16. Acerca do instituto da estabilidade, cumpre colacionar a jurisprudência atual do E. Supremo Tribunal Federal – STF, a saber:

Na ação ordinária, discute-se a aplicação do art. 41 da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 19/1998. Não há dúvida, portanto, de que a matéria discutida na origem reveste-se de índole constitucional.

(...)

A nova norma constitucional do art. 41 é imediatamente aplicável. Logo, as legislações estatutárias que previam prazo inferior a três anos para o estágio probatório restaram em desconformidade com o comando constitucional. Isso porque, não há como se dissociar o prazo do estágio probatório do prazo de estabilidade.

A vinculação lógica entre os dois institutos está muito bem demonstrada pelo Ministro Maurício Corrêa, ao analisar o Recurso Extraordinário nº 170.665:

“3.1. A estabilidade é a garantia constitucional de permanência no serviço público outorgada ao servidor que, nomeado por concurso público em caráter efetivo, tenha transposto o estágio probatório de dois anos. (art. 100, EC-01/69; art. 41 CF/88). O estágio, pois, é o período de exercício do funcionário durante o qual é observada e apurada pela Administração a conveniência ou não de sua permanência no serviço público, mediante a verificação dos requisitos estabelecidos em lei pela aquisição da estabilidade. (RE. 170.665, Ministro Maurício Correia, Dj 29.11.1996)”

(...)

Assim, a decisão liminar que, ao distinguir os prazos do estágio probatório e da estabilidade, permite a participação de Advogados da União com menos de três anos de efetivo exercício no concurso de promoção da carreira, contraria a norma do art. 41 da Constituição, acarretando, inclusive, grave lesão à economia pública, uma vez que a promoção desses servidores implicará majoração de seus vencimentos.

(Suspensão de Tutela Antecipada – STA nº310 e 311 - Min. Gilmar Mendes 07/06/2011) (grifou-se)

17. Pois bem, os julgados transcritos acima demonstram, com clareza solar que, não obstante estarem intimamente vinculados, tratam-se de institutos distintos, com objetos e objetivos distintos.

18. Voltando ao caso em apreço, tem-se que, embora efetivamente ainda se encontre em estágio probatório, o recorrente é servidor efetivo estável nesta Agência Nacional de Saúde Suplementar, visto que a estabilidade se dá no serviço público e não no cargo, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.015.473 - RS (2007/0299452-2) RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO RECORRENTE : SIMONE DAI PRA ZAMIN ADVOGADO : AMARILDO MACIEL MARTINS E OUTRO (S) RECORRIDO : UNIÃO DECISÃO 1. Trata-se de Recurso Especial interposto por SIMONE DAI

PRAZAMIN, com fundamento na alínea a do art. 105, III da Constituição Federal, no qual se insurge contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4a. Região, assim ementado: ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTABILIDADE. ESTÁGIO PROBATÓRIO. O servidor estável, ao ser investido em novo cargo, não está dispensado de cumprir o estágio probatório nesse novo cargo. 2. Os Embargos de declaração opostos foram rejeitados. 3. A recorrente alega violação aos arts. 458, II e 535, II do CPC; 1o., 5o., 6o. e 7o. da Lei 9.421/96 e 20 da Lei 8.112/90. Aduz, preliminarmente, ocorrência de omissão no acórdão objurgado. No mérito, assevera que devem ser consideradas as progressões funcionais do cargo anteriormente ocupado, sendo reconhecido seu posicionamento ao final da carreira. Aduz que deve ser dispensada do estágio probatório pois manteve-se na mesma carreira de Analista Judiciário, sem ter deixado o serviço público por nem um único dia. Por fim, pugna pelo recebimento das parcelas vencidas e não pagas, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros de mora e pela inversão dos ônus sucumbenciais. 4. A pretensão, entretanto, não merece êxito. 5. No tocante aos arts. 458, II e 535, II do CPC, observa-se que a recorrente não expôs, nas razões do recurso especial, de que modo o r. acórdão teria contrariado o mencionado artigo, o que impede a exata compreensão da questão, incidindo a súmula 284 do STF. 6. Com efeito, o entendimento adotado pela Corte de origem, não destoia da jurisprudência do STJ, confira-se: ADMINISTRATIVO. POLICIAL CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO. ESTÁGIO PROBATÓRIO. NÃO APROVAÇÃO. EXONERAÇÃO. POSSIBILIDADE. OFENSA À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. INOCORRÊNCIA. ESTRITA OBSERVÂNCIA DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO LEGALMENTE PREVISTO. PROCESSO ADMINISTRATIVO COM TODAS AS FORMALIDADES. DESNECESSIDADE. ESTABILIDADE. CONDIÇÃO QUE NÃO AFASTA A SUBMISSÃO AO ESTÁGIO PROBATÓRIO DO NOVO CARGO. A estabilidade é adquirida no serviço público, em razão do provimento em um determinado cargo público, após a aprovação no estágio probatório. Não obstante, sempre que o servidor entrar em exercício em um novo cargo público, mediante aprovação em concurso público, deverá ser submetido ao respectivo estágio probatório, não havendo impedimento de que o servidor estável seja "reprovado" em estágio probatório relativo a outro cargo público para o qual foi posteriormente aprovado em concurso. Precedente. A estabilidade do servidor público, ora Recorrente, não tem o condão de afastar sua submissão ao estágio probatório para o novo cargo de Investigador de Polícia, para o qual foi aprovado em novo concurso público. Por conseguinte, está sujeito à avaliação inerente ao estágio probatório, podendo ser "reprovado", como de fato o foi, em procedimento administrativo, legalmente previsto e estritamente observado, com o contraditório e a ampla defesa assegurados. (...). Recurso ordinário desprovido (RMS 20.934/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJe 1.2.2010).^{2 2 2} FUNCIONARIO PÚBLICO. ESTABILIDADE. ESTÁGIO PROBATÓRIO. - A ESTABILIDADE DIZ RESPEITO AO SERVIÇO PÚBLICO E NÃO AO CARGO. - O SERVIDOR ESTÁVEL, AO SER INVESTIDO EM NOVO CARGO, NÃO ESTÁ DISPENSADO DE CUMPRIR O ESTÁGIO PROBATÓRIO NESSE NOVO CARGO. - NÃO SE EXIGE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO PARA EXONERAR FUNCIONARIO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO (RMS 859/RJ, Rel. Min. JOSE DE JESUS FILHO, DJ

17.2.1992). 7. Por fim, não encontra amparo na jurisprudência desta Corte Superior a pretensão da recorrente quanto ao seu posicionamento no final da carreira, na medida em que o provimento do cargo público através de nomeação é um provimento originário, ou seja, não guarda nenhuma relação com a anterior situação do servidor. 8. Nesse sentido: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO - RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - POSSE EM CARGO IDÊNTICO AO EXERCIDO ANTERIORMENTE - AMBOS PERTENCENTES AO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA QUARTA REGIÃO - DISPENSA DO ESTÁGIO PROBATÓRIO - MANUTENÇÃO NA ÚLTIMA REFERÊNCIA FUNCIONAL - IMPOSSIBILIDADE. (...). 3 - Não há como ingressar no serviço público na classe final da carreira, a qual foi empossada, devendo passar pelos degraus de acesso, ou seja, pela denominada progressão vertical. (...). (RMS 13.649/RS, Rel. Min. JORGE SCARTEZZINI, DJ 17.2.2003). 9. Diante do exposto, com fundamento no art. 557, caput do Código de Processo Civil, nega-se seguimento ao

(grifo nosso)



19. Isso porque o recorrente foi aprovado em concurso público realizado no ano de 2005, para ocupar o cargo de técnico administrativo, Classe "A", Padrão "I", tendo sido nomeado em 19 de março de 2007, conforme o resultado homologado pelo Edital nº 5, de 14 de junho de 2005, publicado no Diário Oficial da União, de 15 de junho de 2005, e entrado em exercício em 30 de abril de 2007. Em seguida, após o cumprimento do estágio probatório, tornou-se estável em 30 de abril de 2010.

20. Ou seja, o argumento utilizado pela gerência-geral de desenvolvimento institucional da diretoria de gestão é inaplicável ao caso em apreço, uma vez que o recorrente, em que pese estar no curso do estágio probatório para aquisição da estabilidade para o cargo de especialista em regulação, para o qual entrou em exercício em 02 de dezembro de 2013, já é estável no serviço público federal nesta Agência Nacional de Saúde Suplementar.

21. No mesmo sentido é o acórdão do Tribunal Regional Federal da 1ª, assim ementado:

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. ESTÁGIO PROBATÓRIO EM CARGO PÚBLICO ESTADUAL. RECONDUÇÃO AO CARGO FEDERAL ANTERIORMENTE OCUPADO. POSSIBILIDADE. 1. Pretende o autor da presente demanda sua recondução ao cargo de Auditor Fiscal do Trabalho, alegando que o cargo que ora ocupava, de Procurador de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, não o impede retornar ao cargo anterior, eis que não houve pedido de exoneração, mas simples declaração de vacância. 2. **O ordenamento jurídico protege os servidores que tenham adquirido estabilidade no serviço público, garantindo seu retorno ao cargo anteriormente ocupado, ou aproveitado em outro cargo, caso não tenham demonstrando desempenho satisfatório durante novo período de estágio probatório para outra função assumida.** 3. Se mesmo o servidor que teve um desempenho insuficiente na nova função faz jus ao retorno ao cargo anterior, manifestamente desarrazoado seria não conferir igual direito àquele que desistiu da nova função, por não se julgar adaptado a ela. Precedentes do STF e STJ. 4. O direito de recondução deve ser garantido mesmo para aqueles servidores que tomam posse em cargo inacumulável de outro ente da federação. 5. **Não se pode exigir do servidor que, tencionando alcançar novos degraus no serviço público, renuncie sua estabilidade em cargo anterior em troca de uma situação incerta. Em situações como estas, a estabilidade do servidor no cargo anterior só pode ser retirada após ser confirmada sua estabilidade no novo cargo.** 6. Apelação não provida. (AC 200434000033223, JUIZ FEDERAL MARK YSHIDA BRANDÃO, TRF1 - 1ª TURMA SUPLEMENTAR, e-DJF1 DATA:03/04/2012 PAGINA:201 – grifou-se)

22. Assim sendo, mesmo que eventualmente venha a ser inabilitado no estágio probatório atualmente em vigor, ainda assim será reconduzido ao cargo anterior no qual era estável, por força do art. 20, §2º c/c art. 29, I da Lei nº 8.112/90, não se justificando, portanto, a alegação de que poderia não ocorrer a reversão dos conhecimentos obtidos com a capacitação de longa duração pleiteada.

V – DA CONCLUSÃO:

23. Pelas razões supra expostas, pugna o recorrente pelo recebimento do presente recurso, bem como por seu integral acolhimento e provimento por essa Colenda Diretoria Colegiada, a fim de que, por conseguinte, reforme-se a decisão que indeferiu a solicitação de inscrição em curso de pós-graduação proferida por autoridade incompetente.

Termos em que

Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 25 de julho de 2016.

RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR

SIAPÉ nº 25/0300

